

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.834.921 - DF (2019/0257590-0)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
RECORRENTE : MRCF AUTO LOCADORA E SERVICOS LTDA
ADVOGADO : MARCELLO HENRIQUE RODRIGUES SILVA - DF028161
RECORRIDO : OLENI VIEIRA LUCAS BRAGA
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE0000000M

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL, DE SÚMULA OU DE ATO NORMATIVO DIVERSO DE LEI FEDERAL. DESCABIMENTO. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF. FUNDAMENTAÇÃO. AUSENTE. DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF.

1. Ação de execução de título executivo extrajudicial.
2. A interposição de recurso especial não é cabível quando ocorre violação de dispositivo constitucional, de súmula ou de qualquer ato normativo que não se enquadre no conceito de lei federal, conforme disposto no art. 105, III, "a", da CF/88.
3. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados impede o conhecimento do recurso especial.
4. A ausência de fundamentação ou a sua deficiência importa no não conhecimento do recurso quanto ao tema.
5. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por MRCF AUTO LOCADORA E SERVICOS LTDA, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Recurso Especial interposto em: 22/07/2019.

Concluso ao gabinete em: 13/09/2019.

Ação: de execução de título executivo extrajudicial, ajuizada pela recorrente, em face de OLENI VIEIRA LUCAS BRAGA, na qual requer o pagamento da quantia de R\$ 4.211,81, consubstanciada nos cheques n. 700231, n. 000522, n. 000523, tendo como banco sacado o BANCO DE BRASÍLIA.

Decisão interlocutória: indeferiu a penhora sobre percentual do salário da executada/recorrida.

Acórdão: negou provimento ao agravo de instrumento interposto pela recorrente, nos termos da seguinte ementa:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO. FIXAÇÃO DA VERBA HONORÁRIA NO DESPACHO INICIAL. CARÁTER PRECÁRIO E ACESSÓRIO. PENHORA DE VERBA SALARIAL PARA PAGAMENTO DE HONORÁRIOS. INVIABILIDADE. DECISÃO MANTIDA.

1. **Indubitável que na execução os honorários são fixados provisoriamente e de forma precária no despacho inicial, nos termos do art. 827 do CPC, tendo em vista que se cuida de execução de título extrajudicial, em que não há uma decisão definitiva onde há obrigação de pagar honorários.**

2. Embora a verba honorária fixada com base no valor da condenação seja um direito autônomo do procurador da parte vencedora, por outro lado ela possui também caráter acessório, e sua exigibilidade está condicionada ao montante principal.

3. Consoante disposição expressa do artigo 833, IV, do Código de Processo Civil, os proventos são absolutamente impenhoráveis, uma vez que, destinando-se ao sustento do próprio trabalhador, revestem-se de natureza alimentar.

4. Agravo de instrumento conhecido e desprovido. (e-STJ, fl. 47) (grifo nosso)

Recurso especial: alega violação da Súmula Vinculante 47 e dos arts. 14, § 14, e 833, § 2º, 916, todos do CPC/15; 24, § 1º, da Lei 8.906/94. Sustenta a possibilidade de penhora de salário para pagamentos de honorários advocatícios, tendo em vista o caráter alimentar desta verba. Aduz ainda que não havendo oposição de embargos à execução, os honorários deixam de possuir caráter provisório e passam a ostentar natureza definitiva.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

- Julgamento: aplicação do CPC/15

- Da violação de dispositivo constitucional, de súmula ou ato normativo diverso de lei federal

Superior Tribunal de Justiça

A interposição de recurso especial não é cabível quando ocorre violação de súmula, de dispositivo constitucional ou de qualquer ato normativo que não se enquadre no conceito de lei federal, conforme disposto no art. 105, III, "a", da CF/88.

- Da ausência de prequestionamento

O acórdão recorrido não decidiu acerca dos arts. 85, § 14, e 916, ambos do CPC/15; 24, § 1º, da Lei 8.906/94, bem como do argumento referente à fixação dos honorários em caráter definitivo pela ausência de oposição de embargos à execução, o que inviabiliza o seu julgamento. Aplica-se, portanto, a Súmula 282/STF.

- Da fundamentação deficiente

Os argumentos invocados pela agravante não demonstram como o acórdão recorrido violou o art. 833, § 2º, do CPC/15. Nota-se que, não obstante a recorrente suscite a possibilidade de penhora de salário para pagamentos de honorários advocatícios (tendo em vista o caráter alimentar desta verba), o Tribunal de origem é claro ao afirmar que não existe verba honorária a ser executada, em razão da ausência de decisão definitiva na qual há a obrigação de pagar honorários.

Nesse sentir, é o seguinte trecho do acórdão recorrido:

Indubitável que na execução os honorários são fixados provisoriamente e de forma precária no despacho inicial, nos termos do art. 827 do CPC, **tendo em vista que se cuida de execução de título extrajudicial, em que não há uma decisão definitiva onde há obrigação de pagar honorários.** (e-STJ, fl. 50)

Forte nessas razões, NÃO CONHEÇO do recurso especial, com fundamento 932, III do CPC/15.

Deixo de majorar os honorários de sucumbência recursal, visto que não foram arbitrados na instância de origem.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá

Superior Tribunal de Justiça

acarretar na condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, ambos do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília(DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora

